



**O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPI:** o estado da arte das dissertações de mestrado vinculado à área de Política Social

**THE PROCESS OF KNOWLEDGE PRODUCTION IN THE PPGSS / UFPI:** the state of the art master dissertations linked to the area of Social Policy

**Ângela Kaline da Silva Santos**

**Universidade Federal da Paraíba (UFPI)**

**Lucicleide Cândido Dos Santos**

**Universidade Federal da Paraíba (UFPI)**

**Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida**

**Universidade Federal da Paraíba (UFPI)**

## **RESUMO**

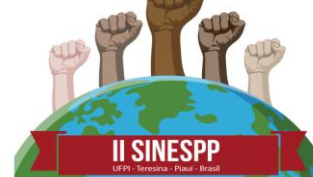
Este artigo objetiva-se analisar as dissertações de mestrado vinculadas à área da Política Social, defendidas no PPGSS/UFPI no período de 1982 a 2010. O percurso histórico brasileiro dessas três décadas, contextualizadas pelos influxos da crise do capitalismo em meados da década de 1970, corresponde aos “trintas anos perversos” (1980 – 2010). Essas determinações macrosociais inletem sobre o Serviço Social, materializadas na produção do conhecimento. Em termos metodológicos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental com a utilização do estado da arte para mapeamento analítico das tendências que tipificam o universo das dissertações investigadas, com uso de instrumentos e técnicas quantitativas de coleta e de análise dos dados. Os resultados atestam que à área de concentração da Política Social compõem 78,2 (183) das dissertações de mestrado defendidas, tendo essa prevalência nas produções do PPGSS/UFPI em relação à área de concentração Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social com 21,7% (51).

**PALAVRAS – CHAVE:** Produção do conhecimento; Serviço Social; Política Social.

## **ABSTRACT**

This article aims to analyze the Master's dissertations related to the Social Policy area, defended in the PPGSS / UFPI from 1982 to 2010. The Brazilian historical trajectory of these three decades, contextualized by the influxes of the crisis of capitalism in the mid-1970s, corresponds to the "perverse years" (1980 - 2010). These macro-social determinations influence Social Service, materialized in the production of knowledge. In methodological terms, it is characterized as a bibliographical and documentary research using the state of the art for analytical mapping of trends that typify the universe of dissertations investigated, using quantitative qualitative instruments and techniques of data collection and analysis. The results show that 78.2% (183) of the Master's theses defended were included in the Social Policy concentration area, with this prevalence in PPGSS / UFPI productions in relation to the Social Work Theoretical-Practical Rationale with 21.7% (51).

**KEYWORDS:** Knowledge production; Social Service; Social Policy.



## 1 INTRODUÇÃO

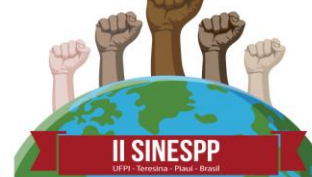
Essa pesquisa caracteriza-se como uma investigação bibliográfica e documental através do uso da metodologia do estado da arte em torno do universo de 234 Dissertações de Mestrado defendidas nas duas áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ UFPB, no período de 1982 a 2010. Esse universo encontra-se distribuído em 51(21,7%) dissertações na área da Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social; e 183 (78,2%) na área de Política Social. Este trabalho circunscreve-se à análise da totalidade da produção das 183 Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas à área de Política Social.

A referida pesquisa objetiva a analisar as dissertações de mestrado vinculadas à área da Política Social, defendidas no PPGSS/UFPB no período de 1982 a 2010. Para tanto, objetiva-se identificar e analisar as tendências e categorias temáticas que perpassam o processo de produção de conhecimento no Serviço Social a partir das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Política Social no período de 1982 a 2010.

Este processo investigativo adotou a perspectiva teórico-metodológica de cunho histórico-crítico marxista. Justifica-se a adoção dessa perspectiva teórico-metodológica não apenas por se constituir o marxismo no aporte hegemônico da produção do conhecimento do Serviço Social, como também por esse aporte que melhor elabora e fundamenta a crítica à ofensiva pós-moderna, como expressão neoconservadora.

Para analisar as dissertações, utilizou-se o estado da arte que, segundo ROMANOWSKI e ENS (2006, p. 39) as pesquisas são denominadas de estado da arte “[...] quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções”.

Por se tratar da produção do conhecimento em Serviço Social, entende-se que este se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como contexto histórico o desenvolvimento capitalista industrial, a expansão urbana e a exploração do trabalho, gerador de múltiplas contradições. Trata-se das expressões da “questão social”, objeto da atuação dos assistentes sociais através das políticas sociais, que têm sido fonte de pesquisas e produção de conhecimento no Serviço Social. Mota (2013, p. 19) assevera que, “[...] as produções dirigidas às formulações de políticas sociais têm uma importância inegável para o Serviço Social e são reveladoras das contradições em processo que marcaram e marcam a sua existência”.



A produção de conhecimento em Serviço Social brasileiro inicia-se em 1970, sobretudo, impulsionada com a criação dos Programas de Pós-Graduação. Esse processo espraia-se nos anos de 1980, consolidando-se nas décadas seguintes com a publicação das Teses e Dissertações sob a forma de livros e artigos além da criação de periódicos na área. O Serviço Social é reconhecido como área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas e reconhecida pela agências de fomento à pesquisa e pós-graduação, como CNPq, Capes e Finep.

Sobre as produções na área de concentração de Política Social, conforma-se como uma área em crescente expansão, especialmente ao articular essa temática ao âmbito da intervenção profissional, conforme explicita Miotto e Nogueira. (2013, p.62)

Com referência a intervenção profissional, observa-se que a inclusão da política social no debate da profissão permitiu situar mais concretamente os seus objetivos na sociedade capitalista. Pôde-se sobrepor, no campo da intervenção, a questão do “por que fazer” à do “como fazer”. Com o aprofundamento da investigação sobre a interrelação política social e Serviço Social nas bases da teoria social crítica, pôde-se avançar o conhecimento em direção ao “para que fazer”.

## **2 CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA:** um olhar das tendências a partir da Ditadura Militar

A ditadura militar (1964 – 1985) expande a cobertura da política social no Brasil, numa dinâmica de expansão dos direitos sociais e restrição dos direitos civis e políticos, caracterizada como um processo de modernização conservadora. Tendo um sistema dual de políticas sociais: pública e privada. Esse é o período de crescimento econômico, o chamado “milagre brasileiro”, com a introdução da produção em massa de bens de consumo duráveis, que vinha acontecendo desde 1955, para um consumo de massa restrito. Behring e Boschetti (2011, p. 135) elucidam que,

apesar da aparente ausência de sincronia, o intenso salto econômico para diante promovido pela ditadura tem a ver com um projeto de intensa internacionalização da economia brasileira, aproveitando-se da necessidade imperiosa do capital de restaurar as taxas de crescimento dos esgotados "anos de ouro".

A partir de 1974, apresentam-se os primeiros sinais de esgotamento da ditadura militar, e os anos pós-74 são marcados por uma abertura lenta e gradual do regime no caminho para uma transição democrática. Esse se torna o contexto que marcará os anos de



1980, um período de conquistas democráticas, mas também conhecido como a “década perdida” do ponto de vista econômico, por conta da crise do endividamento externo, que marca os países da América Latina, causando um empobrecimento generalizado, crises dos serviços públicos por conta do aumento da demanda e desemprego, além de um processo altamente inflacionário.

A grande novidade, portanto, era o processo de redemocratização, apesar da crise econômica, com seu forte conteúdo reformista, no sentido de desenhar na Constituição políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.144).

Na Nova República (1985/1989), instaurada logo após a ditadura militar, as políticas sociais mantêm a característica compensatória, seletiva, fragmentada, marcada por iniciativas baixas no enfrentamento da “questão social”. Um exemplo é o Programa do Leite, que foi criado durante o governo Sarney, deixando de implementar propostas de reestruturação das políticas públicas. Esse período é pautado por um grande debate acerca do desenho institucional das políticas públicas. Tendo destaque o Movimento de Reforma Sanitária, que influenciou a Assembleia Constituinte no processo do redesenho da Política Social da Saúde. O texto constitucional foi aprovado em outubro de 1988 e “[...] o complexo da seguridade social foi o que apresentou maiores avanços legais, considerando as tentativas de integrar os sistemas de saúde, previdência e assistência social”. (POCHMANN, 2004, p.88).

A vitória de Fernando Collor de Melo na primeira disputa presidencial direta em 1989 após o regime militar, marca a implementação dos ajustes neoliberais no Estado brasileiro. Todavia, esse processo é intensificado a partir de 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso, que ratificou a contrarreforma do Estado.

Enquanto um conjunto de ideias conservadoras, o neoliberalismo, expande a liberdade e expansão do mercado, diminui o tamanho Estado, e aprofunda as desigualdades sociais. O Estado com vistas a contribuir com os interesses do capital cada vez mais passa a prosseguir no movimento de desresponsabilização social sob o discurso de que a implementação de Políticas Públicas ocorre de forma ineficiente, passando a legitimar as organizações da sociedade civil na gestão dos Programas de Proteção Social.

Em resumo, nos anos de 1990, as Políticas Sociais tornam-se privatizadas, focalizadas, seletivas e descentralizadas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) em um contexto em que crescem as demandas sociais em face do aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais.



O novo desenvolvimentismo surge no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento. As diretrizes estratégicas do neodesenvolvimentismo são o crescimento econômico com menor desigualdade, maior eficiência das instituições do governo e maior eficiência dos mercados em que o foco são as políticas macroeconômicas. Alinhado a esse processo, os anos 2000 em toda América Latina vivenciaram a acessão dos governos ditos progressistas.

No Brasil, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder central significou um marco histórico para o país, onde um ex-operário alcança a presidência. Essa ascensão de Lula ao poder central se inscreve num momento de retrocesso da organização da classe trabalhadora, e contou com alianças políticas que representam interesses diferentes. Esse governo continua com posições que reafirmam o processo ocorrido durante o governo FHC, segundo Cantalice

A defesa da estabilidade econômica, o compromisso do orçamento com a sustentação dos liames do capital financeiro e, por outro lado, apesar do alarme midiático do governo acerca do gasto na área social com suas políticas compensatórias, os registros do parco investimento direto em políticas sociais demonstram nitidamente a direção político-econômica desse governo. (2009, p. 10).

A marca das políticas sociais nesse período são a fragmentação, a seletividade e a centralidade da intervenção da extrema pobreza, mesmo com os avanços na proteção social com a Constituição Federal de 1988, e por alguns estatutos e legislações sociais. O que começou com FHC, foi intensificado com Lula, tendo como carro chefe de seu governo o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

Nos governos petistas, o discurso adotado expressa a união entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social como mecanismo de enfrentamento das expressões da “questão social”. Embasa-se na expansão do emprego e, em decorrência, a expansão do consumo. Assim, ao passo que os governos petistas investiam na economia e na livre circulação do mercado, tentaram promover programas sociais, com destaque os programas de transferência de renda, conferindo centralidade à Política de Assistência Social, cuja Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004 traz uma nova arquitetura e organização para essa política e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse contexto, as demais políticas sociais tornam-se alvos de transformações que as colocam como produto mercantil do capital, por meio das privatizações institucionais desde a década de 1990 e intensificadas nos anos 2000, como o sucateamento da educação básica e a privatização do ensino superior.



No item seguinte, passa-se a analisar os dados das dissertações vinculadas à área de concentração da Política Social durante os anos de 1982 a 2010.

### **3 ANÁLISES DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO NA ÁREA DE POLÍTICA SOCIAL DO PPGSS NOS ANOS DE 1982 A 2010**

A primeira Tabela, a seguir, traz os dados gerais referentes às dissertações de Mestrado Acadêmico, vinculadas às duas áreas de concentração: Fundamentos Teóricos – Prático do Serviço Social e Política Social, defendidas durante os anos de 1982 a 2010 no PPGSS/UFPI.

**Tabela 1** - Frequência de ocorrências das Dissertações de Mestrado defendidas nas áreas de concentração Fundamentação teórico-prática do Serviço Social e Política Social do PPGSS/UFPI. João Pessoa/PB, 2016-2017.

<b>Área de Concentração</b>	<b>Anos 80</b>		<b>Anos 90</b>		<b>Anos 2000*</b>		<b>Total</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Fundamentação Teórico-prática	11	<b>37,9</b>	15	<b>22,4</b>	25	<b>18,1</b>	51	<b>21,7</b>
Política Social	18	<b>62,1</b>	52	<b>77,6</b>	113	<b>81,8</b>	183	<b>78,2</b>
Total	29	<b>100</b>	67	<b>100</b>	138	<b>100</b>	34	<b>100</b>

\* Nota: os anos 2000 correspondem às obras defendidas nos 2000 até 2010.

Fonte: PPGSS/UFPI, 1982 a 2010.

Conforme demonstra os dados da tabela 1, verifica-se a prevalência expressiva da área de concentração Política Social com 78,2% (183) dissertações defendidas, e conseqüentemente, 21,7% (51) restantes vinculam-se à área de Fundamentação Teórico – Prático do Serviço Social. Esse significativo percentual de produções acadêmicas em torno das Políticas Sociais no PPGSS/UFPI expressa uma tendência investigativa do Serviço Social brasileiro, já constatado em inúmeras pesquisas e publicações. A interlocução do Serviço Social com as Políticas Sociais no Brasil inicia nas três últimas décadas do século XX e, no início do século XXI, essa relação consolida-se.

Essa aproximação do processo do conhecimento em Serviço Social no campo das Políticas Sociais contribui para o amadurecimento intelectual e metodológico dos assistentes sociais frente às múltiplas expressões da “questão social” que se apresentam durante as três décadas contempladas nesta pesquisa, perpassadas pelas mudanças e transformações que a

sociedade tardo-burguesa sofre, repercutindo na reprodução da vida social e trazendo novas temáticas para a profissão.

De acordo com o procedimento metodológico do estado da arte, adotou-se a utilização de dois indicadores analíticos, a saber: a) os indicadores referentes à área do conhecimento; b) e os indicadores temáticos derivados dos objetos de estudo.

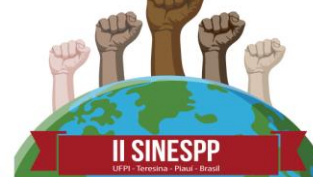
### 3.1 Indicadores Áreas do Conhecimento

Esse indicador é analisado a partir dos campos das Políticas Sociais.

**Tabela 2** – Frequência de ocorrências dos campos das Políticas Sociais nas Dissertações de Mestrado, vinculadas à Área Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Campos da Política Social	Anos 80		Anos 90		Anos 2000		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Política da Saúde	01	5,5	05	9,6	23	20,3	29	15,8
Política da Criança e Adolescente	-	-	10	19,2	17	15	27	14,7
Política da Assistência Social	-	-	07	13,4	18	15,9	25	13,6
Política da Educação	03	37,5	07	13,4	09	7,9	19	10,3
Políticas Agrárias	02	11,1	10	19,2	04	3,5	16	8,7
Política da Habitação	04	22,2	03	5,7	01	0,8	08	4,3
Política da Pessoa Idosa	-	-	-	-	08	07	08	4,3
Política da Pessoa com Deficiência	-	-	-	-	07	6,1	07	3,8
Política de Saúde Mental	-	-	01	1,9	05	4,4	06	3,2
Política Social	03	16,6	01	1,9	01	0,8	05	2,7
Política sobre Drogas	-	-	-	-	04	3,5	04	2,1
Política para a Família	-	-	-	-	03	2,6	03	1,6
Política de Saúde do Trabalhador	01	5,5	01	1,9	01	0,8	03	1,6
Política da Previdência	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política da Segurança Pública	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política para Mulher	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política para Juventude	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política Cultural	-	-	01	1,9	-	-	01	0,5
Não Identificado	03	16,6	06	11,5	08	07	17	9,2
Total	18	100	52	100	113	100	183	100

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 – 2010.



Na Tabela 2 analisam-se os campos de atuação da Política Social, pesquisados no PPGSS/UFPB. Com a maior incidência, destaca-se a Política de Saúde com o total de 15,8% (28) obras, sendo: em 1980, uma dissertação defendida; nos anos de 1990, são 05; e nos anos de 2000 há um crescimento considerável com a defesa de 23 dissertações. Em seguida, aponta-se Política da Criança e Adolescente com um total de 14,7% (27), sendo que: não há dissertação defendida nos anos de 1980; nos anos de 1990, foram 10; e, na década de 2000, com 17. Seguidamente, tem-se a Política de Assistência Social com o total de 25, sem nenhuma incidência anos de 1980; nos anos de 1990 com 07 dissertações; e anos 2000, com 18, constatando o crescimento dessa Política, principalmente na Era Lulista com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004. A seguir, a Política de Educação com um total de 19, sendo 03 nos anos 1980; 07 nos anos de 1990; e 09 dissertações defendidas nos anos 2000.

Logo após, tem-se o campo das Políticas Agrárias com um total de 16 dissertações, sendo: 02 na década de 1980; nos anos de 1990 há um crescimento com 10 obras; e anos 2000 essa incidência diminui drasticamente com 04 dissertações defendidas. Em seguida, cita-se a Política de Habitação com um total de 08 dissertações, com maior incidência dos anos de 1980 com 04 dissertações; nos anos de 1990, essa incidência diminui para 03; e nos anos 2000 com apenas 01 dissertação defendida. A Política para a Pessoa Idosa indica um total de 08 dissertações defendidas apenas nos anos 2000, portanto, sem nenhuma incidência nos anos de 1980 e 1990. A seguir, a Política da Pessoa Com Deficiência com 07 dissertações defendidas apenas nos anos 2000. A Política da Saúde Mental apresenta um total de 06 dissertações defendidas, sendo 01 na década de 1990; e 05 nos anos 2000.

Em seguida, registra-se o foco investigativo na Política Social com 05 dissertações que trazem uma discussão mais geral, por esse motivo não foram setorizadas como as demais. Nos anos de 1980, incide 03; tem-se uma diminuição nos anos 1990 com apenas uma; e também uma dissertação nos anos 2000.

As políticas com menor incidência são: Política Sobre Drogas 2,1% (04) obras; a Política para a Família com 1,6% (03); a Política de Saúde do Trabalhador também conta com 1,6% (03); com 0,5% (01) dissertação cada uma das seguintes políticas: a Política da Previdência, Política de Segurança Pública, Política para a Mulher, a Política para a Juventude e a Política Cultural. Registra-se 17 dissertações defendidas em que não foi possível identificar o campo da Política Social.

As políticas sociais setoriais são frutos da totalidade do real que se apresenta ao assistente social em seu campo de atuação que reconfigura a necessidade de novas



intervenções sobre as demandas sociais. Por isso a produção do conhecimento contribui para a compreensão dessas realidades, no intuito de subsidiar a perspectiva do profissional na sua intervenção.

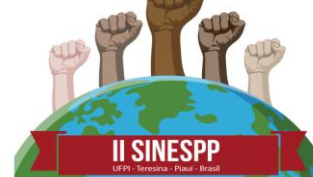
### 3.2 Indicadores Temáticos

Esse indicador passa a ser investigado à luz das temáticas que perpassam a análise das Dissertações defendidas sobre as Políticas Sociais.

**Tabela 3** - Frequência de Ocorrências das categorias temáticas analisadas nas Dissertações de Mestrado vinculadas à área Política Social do PPGSS/UFPI. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Categorias Temáticas	Anos 80		Anos 90		Anos 2000		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Gestão / Avaliação	01	5,5	04	7,6	20	17,6	25	13,6
Trabalho	01	5,5	07	13,4	15	13,2	23	12,5
Assistência (Termo amplo)	-	-	11	21,1	10	8,8	21	11,4
Gênero	01	5,5	05	9,6	11	9,7	17	9,2
Movimentos Sociais	07	38,8	08	15,3	-	-	15	8,1
Saúde	-	-	02	3,8	06	5,3	08	4,3
Questão Social	01	5,5	-	-	06	5,3	07	3,8
Inclusão Social	-	-	-	-	07	6,1	07	3,8
Proteção Social	-	-	-	-	07	6,1	07	3,8
Criança e Adolescente	-	-	01	1,9	05	4,4	06	3,2
Estado e Sociedade Civil	02	11,1	03	5,7	01	0,8	06	3,2
Terceiro Setor	-	-	-	-	05	4,4	05	2,7
Família	-	-	-	-	04	3,5	04	2,1
Questão agrária	-	-	03	5,7	01	0,8	04	2,1
Sindicalismo	01	5,5	02	3,8	-	-	03	1,6
Educação	-	-	02	3,8	01	0,8	03	1,6
Juventude	-	-	-	-	03	2,6	03	1,6
Pobreza	-	-	-	-	02	1,7	02	0,1
Preconceito	-	-	-	-	02	1,7	02	0,1
Desenvolvimento Rural	02	11,1	-	-	-	-	02	0,1
Violência	01	5,5	-	-	-	-	01	0,5
Religião	-	-	01	1,9	-	-	01	0,5
Psicologia	-	-	01	1,9	-	-	01	0,5
Segurança Pública	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Seguridade Social	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Não Identificado	01	5,5	02	3,8	05	4,4	09	4,9
Total	18	100	52	100	113	100	183	100

Fonte: PPGSS/UFPI, 1982 – 2010.



A análise dos resultados da Tabela 3 demonstra as categorias temáticas abordadas nas dissertações, derivadas de subáreas das Políticas Sociais. Os dados indicam que a maior incidência recai na temática gestão/avaliação com o total de 13,6% (26) dissertações, sendo: 01 nos anos de 1980; 07 nos anos de 1990; e 20 nos anos 2000, sendo esse crescimento explicado pelo processo de descentralização que as políticas sociais passam após a Constituição Federal, principalmente a Política de Saúde e Assistência Social. Em seguida, destaca-se a temática trabalho com um total de 12,5% (23) dissertações, tendo: 01 incidência nos anos de 1980; aumentando significativamente nos anos de 1990 com 07; e nos anos 2000 aumenta a incidência para 15 dissertações. Logo após, observa-se a temática da assistência (nas subáreas, como assistência estudantil, assistência ao idoso, etc.) com o total de 11,4% (21), não tendo registro na década de 80; nos anos de 1990 apresenta 11 dissertações; e nos anos 2000 com 10 obras.

Em sequência, destacam-se as dissertações que analisam a temática gênero. Os objetos dessa temática tratam da percepção da mulher na sociedade, saúde da mulher, masculinidade, criança e adolescentes e relações de gênero, etc. com um total de 9,2% (17) de incidências, sendo: nos anos de 1980 com 01 dissertação; 05 nos anos 1990; e de 11 nos anos 2000. A seguir, anota-se a temática movimentos sociais com um total de 8,1% (15) das dissertações. Conforma-se como uma temática que se expressa, sobretudo nos anos de 1980 com 07 dissertações por ser esses anos o contexto em que “[...] reaparecem no cenário político forças sociais que recuperam os espaços vedados a partir de 64 e se expressam através dos movimentos sociais urbanos e rurais [...]” (SPOSATI et al, 1998, p. 21); em 1990, permanece ainda essa tendência com 08; contudo, não se apresenta mais nos anos 2000. Em seguida, mostra-se a temática saúde com um total de 4,3% (08) dissertações; não se apresentando nos anos de 1980; nos anos 1990 com 02; e nos anos 2000 aumenta para 06 dissertações defendidas.

Em sequência, inscreve-se a temática questão social com um total de 3,8% (07) “[...] cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social” (IAMAMOTO, 1997, p. 14), tendo: uma incidência nos anos 1980; sem incidência nos anos 1990 e aumenta com 06 nos anos 2000. Com o mesmo total de 3,8% (7) inventaria-se a temática inclusão social e proteção social, com incidência apenas nos anos 2000 com 6,1% (07).

Quando as demais temáticas identificam-se: Criança e Adolescente/ Estado e Sociedade Civil com 3,2% (07); Terceiro Setor com 2,7% (05); Família/ Questão Agrária / Sindicalismo/ Educação/ Juventude com 1,6% (03); Pobreza/ Preconceito/ Desenvolvimento



Rural com 1% (02); Violência/ Religião/ Psicologia/ Segurança Pública/ Seguridade Social com 0,5% (01). E destaca-se um percentual de 4,8% (09) de dissertações cujas temáticas não foram identificadas.

As temáticas estudadas e investigadas sofrem alterações conforme as determinações conjunturais, pois, cada época produz suas categorias temáticas de acordo com a dinâmica da sociedade (KOWARICK, 1995).

#### **4 CONCLUSÃO**

Em termos conclusivos, constata-se que a produção do conhecimento na área do Serviço Social amplia-se nas últimas décadas, a partir do surgimento dos programas de pós-graduações, do reconhecimento dos órgãos de fomento à pesquisa e o desenvolvimento a ampliação da pesquisa. O crescimento dessa produção contribui com a própria profissão, desenvolvendo cada vez mais a criticidade, a maturidade intelectual e o aumento da massa crítica.

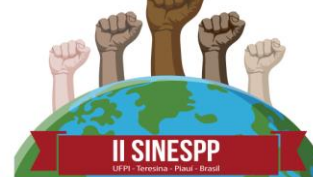
No tocante ao PPGSS/UFPI pode-se afirmar que tem cumprido o seu papel em analisar a realidade concreta que se apresenta nas determinações sócio-históricas, uma vez que o Serviço Social tem contribuído com a formação política, cultural, social etc.

Verificou-se o crescimento das dissertações de mestrado vinculadas à área de concentração da Política Social. Quanto aos objetos de análises dessas dissertações, comprovou-se que estão alinhados com os determinantes históricos das três décadas contempladas nesta pesquisa, demonstrando que os assistentes sociais estão intensificando as pesquisas nessa área para compreender, analisar e dar respostas concretas as demandas sociais postas, que são demandadas nos seus espaços ocupacionais.

#### **REFERÊNCIAS**

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2011.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Projeto Ético- Político do Serviço Social Brasileiro: as teses da crise, da (possível) dissolução da hegemonia e da viabilidade histórica.** Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2009.



IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. *In: Debate* n. 6. Fortaleza: CRESS–CE, 1997.

KOWARICK, Lucio. “Investigação Urbana e Sociedade”. *In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter. (Orgs.) Pluralismo, espaço social e pesquisa*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1995.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. *In: Revista Katálysis*, Florianópolis v.16 n°.esp. p.61-71, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *In: Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 16, n. esp. 2013. p. 17 – 27.

POCHMANN, Marcio. **O desafio da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *In: Diálogo Educacional* - Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd99> (Acesso em 11/08/2017).

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira, et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise**. – 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 1998.